

TERRITORIALIDADES NO RIO SÃO FRANCISCO: o mundo das coisas “apossadas” pelas palavras

Rafael Pereira Santos¹
Alan Faber do Nascimento²
Clebson Souza de Almeida³

Resumo

O artigo em questão desenvolve um estudo preliminar das dinâmicas territoriais, múltiplas identidades, território e territorialidade evidenciando essa amalgama nos processos de expropriação e re-apropriação no território da comunidade tradicional de Croatá, situada na margem esquerda do rio São Francisco, no Norte de Minas Gerais. A partir da abordagem metodológica da Nova Cartografia Social (cartografia e etnografia enquanto linguagem do poder registrada pela própria comunidade) busca-se evidenciar como se constrói tal territorialidade. Os resultados indicam que a territorialidade se constrói a partir de signos identitários, rituais de instituição exercidos por meio do trabalho, apropriação por meio de fenômenos linguísticos e práticas consuetudinárias nos lances de pesca e áreas de cultivo de vazante em meio às constantes dinâmicas das águas sanfranciscanas que modelam o território.

Palavras-chave: Territorialidades, Conflitos; Populações Sanfranciscanas.

Introdução

O Rio São Francisco, localizado no Norte do Estado de Minas de Gerais, abriga, ao longo de suas margens, populações e comunidades que se autoidentificam como tradicionais. Essas comunidades têm reivindicado seus territórios em um complexo arranjo social – não obstante o imbróglio na efetivação da regularização territorial. Dentre os membros das comunidades, emergem quilombolas, pescadores (as) e vazanteiros (as) que, na diversidade e em suas múltiplas identidades, reivindicam direitos ancestrais ao território, enfrentando os impasses burocráticos na setorização da resolução dos problemas, num processo que posterga o fim dos conflitos em áreas, muitas vezes, de propriedade da União, terras devolutas do estado, e, em menor escala, propriedade de particulares.

¹ Agente voluntário da Pastoral dos Pescadores-MG. Mestrando do Mestrado Interdisciplinar em Estudos Rurais pela UFVJM. E-mail: pereirasantosr@yahoo.com.br.

² Professor Dr. do curso de Turismo e do Mestrado Interdisciplinar em Estudos Rurais da UFVJM. E-mail: alanfaber@uol.com.br.

³Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER) da UFVJM. E-mail: clebsonalmeida5@yahoo.com.br.

Identidade e territorialidade nas Comunidades Sanfranciscanas

Na percepção de (CUNHA, 2015, p.11), o Norte de Minas compõe-se de diferenciadas dinâmicas de apropriação e expropriação subdivididas em três momentos. O primeiro momento se caracteriza pela busca de terras livres; o segundo, pela expropriação executada pelo Estado, e o terceiro momento pela emergência da categoria população tradicional enquanto sujeitos de direitos que emergem desobstruindo a invisibilidade expropriatória e reivindicando os direitos aos territórios. Esses diferentes momentos são experimentados de maneira pouco precisa, na tênue fronteira entre camponeses e os povos e comunidades tradicionais (em se tratando do Norte de Minas), mas no conjunto compõem uma sincronia expropriatória.

O atual cenário de desenvolvimento econômico em que se encontram as sociedades globalizadas, desconstruiu o “ambiente favorável para a invisibilidade como resistência” passou-se da “invisibilidade para a existência coletiva: redefinindo fronteiras étnicas e territoriais mediados pela construção da identidade coletiva” (ANJOS, 2004, p. 13), que vão se fortalecendo a partir de signos identitários. Essa percepção identitária mobiliza e insere os povos e comunidades tradicionais em uma dinâmica de reaver os direitos das terras tradicionalmente ocupadas, posta a situação de encurralamento das mesmas em áreas inundáveis do Rio São Francisco.

As recentes dinâmicas dos povos e comunidades tradicionais apontam que tais comunidades estão inseridas em mobilizações e articulações em outros níveis em defesa de seus territórios. Os grupos étnicos e também camponeses no seu entendimento se mostram resistentes aos modelos desenvolvimentistas com propostas de desenvolvimento sustentável e que tais grupos podem ser entendidos como “*movimentos de territorialização*” (ALMEIDA, 2008, p.9).

A territorialidade pode ser entendida como “*o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’*” (LITTLE, 2002, p. 3). Essa territorialidade na percepção do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP-MG, 2016, p.7) está presente em muitas comunidades ao longo do rio São Francisco que se autoidentificam simultaneamente enquanto quilombolas, pescadores-pescadoras e vazanteiros-vazanteiras. As identidades presentes revelam-se nos laços de identificação com o lugar, no caso as margens do Rio São Francisco, simultaneamente o lugar de vida e trabalho composto de rio, a vazante, as áreas de

solta na mata e áreas de refúgio no tempo de cheias, nos chamados carrascos (áreas onde as cheias nunca chegaram).

A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força: laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes. (ALMEIDA, Alfredo. W. B. 2008, p. 9).

As motivações em defesa e ocupação desses territórios segundo (ALMEIDA, 2008, p. 9) giram em torno dos fatores étnicos, critérios ecológicos e de gênero e de autodefinição coletiva. O lançamento da Campanha pelos territórios Pesqueiros em Brasília, em 2012 segundo Movimentos dos Pescadores Artesanais do Brasil-MPP (MPP, 2016, p. 3) pretende defender os territórios pesqueiros da ameaça do grande capital em especial do agrohidronegócio, que tem tornado as águas uma mercadoria. A proposta emerge como uma nova perspectiva dentro do processo de reivindicação territorial, pautando a luta, defesa e conquista do Território Pesqueiro.

Segundo o (CPP-MG, 2016, p. 23), a comunidade Quilombola, Pesqueira e Vazanteira de Croatá está em conflito com um complexo de grandes e médias propriedades rurais, juridicamente, nomeada como Espólio Astero Itabayana, que expropriou quatro comunidades quilombolas, dentre elas a comunidade de Croatá na cidade de Januária, com intuito de formar pasto em uma área de mais de 5 mil hectares entre o final da década de 60 e no decorrer dos anos 70 sobrepondo assim ao território das comunidades aqui referenciadas. Motivados pela Campanha dos territórios pesqueiros se mobilizaram aguardando o momento de reterritorializar o território ancestral na parte alta, respectivamente efetivado em 2012 e 2016, em parte do território reivindicado, legitimando a dinâmica de que todo processo de Desterritorialização requer um movimento de reterritorialização.

A função de desterritorialização: D é o movimento pelo qual “se” abandona o território. É a operação da linha de fuga. Porém, casos muito diferentes se apresentam. A D pode ser recoberta por uma reterritorialização que a compensa, com o que a linha de fuga permanece bloqueada; nesse sentido, podemos dizer que a D é negativa. Qualquer coisa pode fazer as vezes da reterritorialização, isto é, “valer pelo” território perdido; (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 224).

Neste sentido (SIMMEL, 1983, p. 48) aponta que há “forças constituintes” e “poderes dissolventes” como forças coexistentes na dinâmica societária. As diversas formas de organização social e a manutenção desta constituição social são legítimas, não somente se levado em conta o seu grau de complexidade, mas também a sua multiforme capacidade em

que os grupos e indivíduos, organizados em comunidades se articulam enquanto identidades étnicas e comunitárias em um Estado, muitas vezes pautando nas identidades nacionais construídas pelo estado nação, muitas vezes estranhas a tais comunidades.

Apoiando em (DIEGUES, 1999, p. 70), observa-se que as culturas tradicionais são permeadas de comportamentos que são repassados tradicionalmente. São fórmulas mentais manifestadas na percepção, no relato, e na interpretação do mundo, nos símbolos e nos significados socialmente compartilhados, transcendendo a produção da matéria propriamente dita:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997. p. 42).

Segundo (RATZEL apud DUMITH, 2011, p. 59) o conceito de território e identidade se entrecruzam posto que o território pressupõe a congregação de um povo em sua dinâmica em uma base física, conceito que está em estado de expansão nos últimos tempos, apontando para a dimensão do controle simbólico e espacial de determinadas áreas. Deste modo, o território segundo (BRANDÃO e SOUZA 2012 p. 79) pressupõe indubitavelmente a identidade sociocultural em um espaço concreto, que no caso da comunidade de Croátá é o espaço de terra e água das gentes do rio São Francisco.

Em síntese território, territorialidade e identidade segundo (DUMITH, 2011, p. 62) se amalgamam, sendo que a territorialidade é um elemento de poder que media simbolicamente natural/ou socialmente um território. A identidade possibilita essa força poderosa que emerge enquanto ação social coletiva que une, defende e diferencia determinados sujeitos de outros. O território não se restringe a “coisas superpostas” com fim em si mesmo, mas também de elementos simbólicos. O território usado é correspondente ao chão mais identidade, identidade entendida enquanto sentimento de pertença àquilo que se pertence, que por muitas vezes tem se tornado objeto de valor de troca em detrimento do valor de uso entendido enquanto “*lugar de trabalho, de residência, das trocas materiais e espirituais do exercício da vida*” (SANTOS, 2007. p. 8).

O Sertão das gentes das águas do rio São Francisco

“O senhor vê, no Gerais longe: nuns lugares, encostando o ouvido no chão. Se escuta o barulho de fortes águas” (ROSA, 1970, p. 273)

Desde a cidade de Buritizeiro (Alto-Médio São Francisco) até Manga (Médio São Francisco), descendo as águas do rio São Francisco, no Norte de Minas, há uma diversidade de comunidades em ilhas que estão em áreas inundáveis. A existência de considerável parte desse povo negro no entendimento de (COSTA FILHO, 2008, p. 47) se explica pela gama de refugiados escravizados do Nordeste e da região minerária de Minas Gerais, sendo, portanto, os campos dos Gerais “protegidos pela malária” que acometiam com severidade, especialmente os brancos, fato superado somente com a higienização/sanitarização no combate à malária a partir da década de 50 do século passado.

Outros sujeitos sociais foram compondo essa população a partir da dinâmica ao longo das barrancas do “Velho Chico”, conforme nos lembra (OLIVEIRA, 2005, p. 59), em especial no período de navegação/caminhada de nordestinos margeando/navegando o rio rumo a São Paulo, seja por terem sido expropriados pela barragem de Sobradinho na Bahia, seja por “busca de dias melhores” aos que queriam se livrar da “seca” do Sertão. Alguns, cansados da viagem, se alojavam em ilhas “sem dono” e ali faziam morada.

A ambivalência da construção sócio e histórica de Minas Gerais nas pesquisas de (COSTA, 2003, p. 6) apresenta dois tipos de formação social do estado: os horizontes dos Gerais entendido como o sertão norte Mineiro e o horizonte das Minas de minérios preciosos que no tempo presente está em contínua decadência.

“A hierarquia mineira se instaura no século XVIII, conjugando dois polos distintos e opostos, a região aurífera e o sertão sanfranciscano, que expressa a civilização erigida nas minas gerais 2 e o vazio de civilização existente nos sertões dos currais da Bahia. (COSTA, 2003, p.10).

A maioria dos pescadores (as) e vazanteiros (as) que viviam nas ilhas às margens do rio São Francisco estavam diante da ampliação das fronteiras agrícolas, o que em partes explica a perda dos territórios a partir da década de 60. Segundo (ARAÚJO e COSTA, 2009, p. 222-223) a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE propiciou incentivos fiscais para empresas rurais, potencializando a formação de “modernas” fazendas no Norte de Minas Gerais, período que coincide com a expropriação da comunidade de Croatá. Aos poucos, essa interface cosmológica dos moradores do “Velho Chico” conflita com a visão desenvolvimentista do Estado e iniciativa privada, cujo ônus gera expropriação.

A existência de outras identidades como as de pescadores-quilombolas-vazanteiros, apresentada ao Estado, evidenciam outras territorialidades a partir de uma base física, que neste caso são os territórios pesqueiros dotados de corpos de água e de terra colocando o estado para repensar a si mesmo questionando a velha racionalidade de que pescador só tem o rio, o mar e o açude como lugar de trabalho, desconsiderando-o muitas vezes como um sujeito para além da dicotomia das águas privadas e públicas que, na verdade, é uma parte de seu território tradicionalmente ocupado, que em sua totalidade se compõe de terra e água.

A diversidade de povos e comunidades tradicionais nas barrancas do “Velho Chico” possuem no conjunto um modo de vida específico dotado de apropriações que segundo (SOUZA e BRANDÃO, 2012, p. 79) pode ser nomeando amplamente como identidades Sanfranciscanas apontando para um horizonte cujo mosaico estabelece um conjunto de categorias de sujeitos sociais coletivos: pescadores, ilheiros, vazanteiros, quilombolas, indígenas, geraizeiros e outros sujeitos sociais que reproduzem sua vida material e imaterial nas barrancas do rio.

É notório elucidar que os moradores de ilhas, “tidos como nativos”, normalmente tinha um histórico de posse na terra alta, ou “terra firme” e não em ilha, onde moram atualmente, como se percebe na maioria dos casos. A ilha, conforme nos lembra Seu Santo que é pescador quilombola da comunidade de Croatá, “*é lugar de apertamento e sofrimento*” (CPP-MG, 2017 p. 38). A ilha defendida como lugar de resistência na percepção de (ARAÚJO e COSTA, 2009, p. 225), ao contrário do que diz esses últimos autores, torna-se lugar que tende a dispersão para a cidade por ausência de espaço e instabilidade do lugar de morada, o que foi verificado nas ilhas da Capivara, Caraíbas, Pedro Preto, Ioti, respectivamente nas cidades de Pedras de Maria da Cruz e Januária (SANTOS e ROCHA, p. 11).

Neste sentido, categorizar esse povo e subcategorizá-los sobrepondo tais identidades como nos lembra (SOUZA e BRANDÃO, 2012, p. 88) não reforça laços identitários. Segundo Brandão (2009) no São Francisco tem-se a dimensão étnica enquanto quilombolas, laboral no caso de serem pescadores e vazanteiros cujo território são o rio, as ilhas e barrancas do “Velho Chico”. Na comunidade de Croatá aqui referenciada há a identidade quilombola, pesqueira e vazanteira.

Na percepção de (CASTELLS, 1999, p. 22) a identidade é entendida enquanto processo de construção de significado cuja substância se afirma sobre uma base cultural em conjunto ou interligada e/ou autocolocada em relação à outras modalidades de significados.

Essas não se confundem com os papéis a exemplo de ser professor, pai ou torcedor de um determinado time de futebol, por exemplo. As identidades segundo (CASTELLS, 1999, p. 24) são fontes de significados, que no caso aqui em análise, são as identidades quilombolas, pesqueiras e vazanteiras. No bojo da construção das identidades que se mediam pela relação de poder subsistem em sua gênese 3 características: *identidade legitimadora*, propostas por meio das instituições dominantes; *identidades de resistência*, criada pelos que estão ou foram estigmatizados e que reafirmam a identidade como instrumento de poder e resistência formando identidades territoriais, situação que se adequa a comunidade de Croatá que luta em defesa de seu território pesqueiro e quilombola, e a *identidade de projeto* onde se busca modelar novas identidades para redefinir a posição desses sujeitos e transformar profundamente as estruturas da sociedade.

As territorialidades e as regras de apropriação do lugar pelos moradores da Comunidade de Croatá

“É o mundo das palavras que cria o mundo das coisas”. (LACAN, 1998, p. 225).

As constantes dinâmicas das águas do rio São Francisco constroem e desconstroem lugares a partir da dinâmica do canal do rio a cada período chuvoso. Assim sendo, ilhas, vazantes, lanços de pesca e barrancos do rio vão continuamente se formando ou deixando de existir. Essa dinâmica natural, por sua vez, vai sendo apropriado por povos e comunidades que vão tornando esses lugares dinâmicos em lugares de vida. Deste modo, o rio São Francisco produz “signos identitários” (SOUZA E BRANDÃO, 2012, p. 82).

Durante a realização da cartografia social, visita in loco, realizada pelos moradores e equipe de pesquisa entre fins de fevereiro e início de março de 2017 na comunidade de Croatá, percebeu-se que essa dinâmica líquida propicia a produção de maneiras específicas de apropriar dos territórios, cuja mobilidade é adaptada pelos moradores produzindo “ritos” de apropriação a partir de elementos ligados ao labor e a nomeação, evidenciando assim complexas práticas de ordenamento territorial ao longo do rio, barrancas, vazantes, matas, várzeas e carrasco.

A vida ao longo do rio é transpassada por uma dinâmica da paisagem apropriada no sentido material e simbólico configurando apropriação de um lugar da natureza, lugar do

trabalho e habitação. Segundo (SOUZA E BRANDÃO, 2012, p.88) as dinamicidades das identidades estão intrinsecamente relacionadas ao ambiente socioespacial, de tal modo que determinados espaços possibilitam a dinamicidade de identidades a partir da cultura do lugar. Destarte, esses sujeitos sociais: pescador-vazanteiro-quilombola convivem com a ideia de que a qualquer época pode perder sua casa totalmente ou temporariamente, o que exige deles uma profunda relação e adaptação à lógica de se agregarem e desagregarem de acordo com as mobilidades do rio São Francisco, muito embora, os mais velhos, compreendem essa circunstância aparentemente normal, “*a gente mora no caminho do Rio*”. - Seu Euclides arquivo (CPP, 2017 p. 28).

As ilhas enquanto lugar de acolhida dos baianos de fora e agora também dos de dentro (população local) são espaços vulneráveis posto que estão sempre suscetíveis à “perda das moradas” em razão dos mínimos índices pluviométricos dos ciclos chuvosos. O fato de morar em ilhas não deve ser naturalizado, posto que essa morada pressupõe um modo de vida imposto, isto é, existências ilhadas conforme compreende (SANTOS E ROCHA, 2015, p. 86). Como é sabido, os supostos “proprietários”, não raras vezes, não permitem que esses tenham acesso à ilha passando por tais “propriedades”, portanto o direito de passagem permanece limitado ao rio. Por isso, a vida na ilha é de espera, de “*voltar pro rastro de onde se veio*” - Seu Antônio das Neves - arquivo (CPP, 2017, p. 33). Isso significa que a ilha é um tempo cronológico de espera do tempo oportuno, um período de relativa preparação/adaptação, uma vez que há possibilidades reais de desagregação social, nesse período desejado de conseguirem retomar a parte alta, portanto convivem constantemente a dialética entre o tempo cronos⁴ x tempo kairos⁵.

O tempo do pescador (a) artesanal na perspectiva de (VALÊNCIO, 2007, p. 74), forma-se na repetência, situação que vai se apresentando de maneiras variadas em uma realidade contínua e cíclica cuja temporalidade se norteia pelas cheias e secas do rio. O pescador emerge dentro das necessidades simbólicas e materiais, de tal modo que não se sabe onde se inicia um ou termina o outro.

A territorialidade é descrita por (SANTOS, 2009, p. 7) e (DUMITH, 2011, p. 59) como resultado da relação objetiva e subjetiva com o lugar ocupado. O território e territorialidade são interdependentes, enquanto o primeiro é delimitado por uma base física, a

⁴ Palavra grega para indicar o tempo mensurável.

⁵ Palavra grega para se remeter a tempos melhores que há de vir.

relação dos sujeitos com essa base física faz emergir um imperativo categórico de busca de controle e defesa do espaço ocupado, essa última postura, nomeia-se territorialidade. Os relatos da comunidade, segundo (CPP-MG, 2016), apontam o ano de 1968 como a época do primeiro esbulho possessório das comunidades de Croatá e Sangradouro Grande, que até este período residiam em terra firme. Esses moradores foram expulsos para as ilhas e outros se dispersaram para as periferias de Januária e Pedras de Maria da Cruz, ocupando somente as margens do rio com seus ranchos temporários, croas de areia e cultivando vazantes formadas ou já “apossadas” ao longo do rio. O ano 1979, tido como pertencente da maior cheia do ciclo das grandes enchentes é um divisor expropriatório para a comunidade de Croatá. Neste interstício de cheia e vazão do rio o filho do fazendeiro, aproveitando-se da saída dos pescadores-vazanteiros-quilombolas para as áreas de retiro não permitiu mais o retorno, restando-lhes tão somente as ilhas ou ter que ir buscar morada na periferia da cidade de Januária.

Tal relato se confirma, se observado o registro no Cartório de Registro de Imóveis de Januária- CRIJ – (CRIJ, 2014, p. 1-6) sob número de matrícula 4.166, datado de Junho de 1979, data de formação da fazenda. Sem fazer análise da veracidade do título, o documento relata lugares de comunidades apenas como referência da formação da propriedade da fazenda Itapiraçaba-Espolio de Astero Itabayana. Destarte, a descrição do suposto título prossegue: “*os lugares de Tábua da Veneza, Comatá (leia-se Croatá), Porto de Maria da Cruz e Sangradouro Grande, Gameleira e Mutambeira, num total de 5.012 hectares* (CRIJ, 2014, p. 1-6)” formam a “Fazenda Itapiraçaba”. A partir de então, observa-se sucessivas hipotecas, até chegar ao Consórcio Massa Falida Atrium. Os relatos das comunidades apresentam que nas duas situações de esbulho houve violência, apertamento e dispersão em desfavor de um número superior a 200 famílias, no período.

As ilhas deste modo, vão se tornando lugares de acolhida precária e imposta dos expropriados “mais fracos”, uma vez que para os mesmos só a “besta fera é pobre” e ao se sentirem fracos afirmam que tem um forte que lhes tira a força, que aqui neste caso em questão é o fazendeiro. As três ilhas que estão no território de Croatá acolheram esses povos expropriados, respectivamente: Ilha de Pedro Preto, Ilha de Zé Cravo e Ilha do Ioti. Todas essas ilhas que estão nas margens do território ocupado atualmente pela comunidade de Croatá, respectivamente em 2012 e 2016 pelas ações organizadas pelos membros do MPP.

O que faz a separação é a água. Porque uma ilha criou primeiro do que outra. Depois foi criando uma nova terra na parte debaixo. Então essa nova terra foi criando um outro nome. E tinha um senhor que foi morador primeiro da ilha. Então ele pescava e começou a plantar primeiro. Então essa ilha de cá é a Ilha de Pedro Preto que era morador aqui do Crotá. E aí tinha esse outro senhor que era Zé Cravo que começou a trabalhar nessa ilha lá embaixo. Então tinha essa separação. E aí tem a Ilha do Ioti que é aqui encima - Antônio das Neves - arquivo (CPP_MG, 2017, p. 25).

Na perspectiva de (GODOI, 1998, p. 110) as comunidades se organizam e reproduzem suas formas próprias de reproduzir e transformar a partir de lógicas internas e de suas representações que estão associadas à ordem do simbólico. Embora o rio seja um espaço público, há uma linguagem de marcação que nas comunidades tradicionais se instituem a partir de aspectos pautados em normas, padrões de instituição de caráter consensual nos costumes e no respeito àquilo que se pode definir como o *sistema do lugar*.

Ao longo da comunidade se observa vários lanços de pesca. Estes são lugares onde se soltam as redes e se exerce modalidades de pesca (casseia, de vara, de boia, de pinda (cabaça), de solta de rede, de mergulho, de chuncho e outras). O direito de pescar nesses lanços está relacionado ao trabalho que requer passar redes grossas no interior do canal e mergulhar quando encontrando empecilhos. Tal ato se repete todos os anos após as cheias do rio.

Esses momentos são chamados de “mutirão da limpa do lance”. Este ato envolve todos os interessados no direito de pescar. Todos os lanços anualmente ao serem limpos se atualizam como o domínio de determinada pessoa sobre o mesmo que normalmente tem o direito de ceder o espaço da pesca para outras pessoas. É ele quem convida os demais para limpar o lance. Como se pode perceber, no rio não há fronteiras definidas entre o público e o privado, muito embora ele possa ser usado por todos para circular. O direito à pescaria, por sua vez, perpassa por um horizonte aberto ao chegante e o direito de participar da posse e propriedade, se dá pelo trabalho que se efetiva a partir do ato do convite moral e pela limpa.

Na perspectiva de (WOORTMANN, 1990, p. 19) as pesquisas reduziram o homem do campo (e porque não dizer da terra e das águas) ao homem econômico (*homo economicus*), não se permitindo fazer uma análise da ordem moral (*homo moralis*) sobre as relações dos homens entre si, com as coisas notadamente da terra-água, e dos valores sociais e não somente dos valores do trabalho.

Segundo (BRANDÃO, 1983, p. 30) a prática de mutirões dos caipiras de São Paulo fazia parte da vida desses trabalhadores livres ignorados sob o ponto de vista social e

econômico. O mutirão se dá com ajuda entre parentes, vizinhos e amigos na troca de serviço, consistindo na prestação de serviço voluntária entre sujeitos assimétricos informalmente.

Nos mutirões de limpa do arrasto (lanço) precisa de dois barcos, de uma rede grossa, 04 barqueiros e um mergulhador bom. Aí é assim, desce os barcos juntos com a rede no canal até o fundo do rio. Quando chega nos banzero (entulhos de galhos e tocos) muito grosso tem que mergulhar, por isso que precisa de um mergulhador bão. Pro lado de fora, fica as esposas ou quem não pode ir no dia que normalmente dão a comida pro coletivo. Quem não pode ir, dá a corda e a rede para fazer a limpeza também. As pescadoras que não tem esposo ficam tomando de conta da fazeção da comida e do café. É assim que a gente aposseia do lanço – pescadora quilombola - Maria das Dores- arquivo (CPP-MG, 2017, p. 11).

Ao longo do rio, à montante da comunidade de Croatá, na Comunidade Pesqueira de Cana Brava - Ibiaí, cerca de 300 km, não se observa esse exercício coletivo de limpa dos lanços, ele é feito individualmente por quem chega primeiro no lanço, após as cheias. Esse ato é tido como perigoso e sem efeito por uma só pessoa, segundo os moradores de Croatá.

Essa estratégia dita através do verbo apossear acompanha o direito de possuir o que advém do labor, isto é, o trabalho de limpar o lanço dá direito a aqueles que ajudam, a pescar o ano todo, gerando inclusive direitos sucessórios. O ato de apossear da comunidade e o de *instituir* no linguajar de Bourdieu tem a ver com criar um sentido social daquilo que era *ex nihilo*⁶ em um lugar aposseado.

O lugar aposseado na comunidade perpassa pela “(...) *imposição de um nome, isto é, imposição de uma essência social que tem a ver com instruir e atribuir uma essência ou uma competência, é o mesmo que impor uma identidade, uma definição e limite*”. (BOURDIEU 1996 p. 100). A opinião dos que ali moram se encontra investida de poder simbólico que torna a paisagem natural em paisagem simbólica que precisa ser mantida pelos que se aposseiam gerando um modo materializado de entender e apropriar um lugar no mundo. Como lembra (BOURDIEU, 1996, p. 77) o *habitus* gera as estruturas de percepção do mundo, capital simbólico mediado pelo cultivo ou a manutenção do sentido - que se dá por meio de uma luta para a manutenção do sentido para controlar e manter o mundo auto evidente e simbolicamente reconhecido.

Todos podem usar o rio, mas aqui o rio tem marcação. Só na nossa comunidade tem mais de 5 lanços. A começar lá de cima da ponte tem o Lanço de seu Olímpio. Depois tem o lanço de seu Pedrinho que mora na cidade de Maria da Cruz. Depois tem o lanço de seu Saulo, lá pesca agora os dois filhos dele: Ronaldo e Marcelo. Aqui tem outro lanço de meu esposo João e João Lucas. Mais acolá tem o último

⁶ Expressão latina para afirmar que nada surge do nada.

arrasto (lanço) é na Ilha de Pedro Preto, que é o último lanço que tem, é o lanço de seu Betinho que no caso não aguenta mais pescar e passou para o filho; pescadora Quilombola Maria das Dores – (CPP-MG, 2017, p. 13).

No entendimento de (BOURDIEU, 1996, p. 59) o capital simbólico se expressa através do reconhecimento institucionalizado do que se torna aceitável ou não por meio da palavra dita, e, para que essa tenha valia precisa ser reconhecida, necessitando de condições sociais para assegurar a eficácia da linguagem simbólica. Esta eficácia se materializa através dos atos de instituição que são inseparáveis da existência de uma instituição capaz de definir as condições para que a eficácia da palavra possa operar (BOURDIEU, 1996, p. 60). Portanto, os atos linguísticos podem ser linguísticos e extralinguísticos.

A nomeação de uma ilha portanto é um ato linguístico, o ato de apossar dela pelo trabalho e direito ao uso caracteriza-se por ser um ato extralinguístico. Ela se torna um ato linguístico na medida em que a palavra dada está investida de autoridade. O ato da instituição não possui existência sociológica sem o aporte da instituição que lhe dá razão de ser, que neste caso é o fato de exercer o trabalho, nomear e fazer parte das leis consensuais do sistema do lugar, numa perspectiva de sistema aberto a chegada do outro, por isso mesmo o poder simbólico não se dá sem uma simbologia do poder que dá a “condição legal” reconhecida e autorizada.

Contudo, num nível ainda mais profundo, a ciência social a precisa examinar a parte que cabe às palavras na construção das coisas sociais, bem como a contribuição nessas classificações. Dimensão de luta de classes, traz a constituição das classes, (...) classes sociais, clãs. Tribos, etnias e ou nações. Ao estruturar a percepção que os agentes sociais, a nomeação contribui para constituir a estrutura desse mundo, de uma maneira tanto mais profunda quanto mais amplamente reconhecida. Todo agente social aspira, na medida de seus meios, a este poder de nomear e constituir o mundo nomeando-o (BOURDIEU, 1997, p. 81).

A palavra dada cria, nomeia aquilo que a dinâmica do rio faz e desfaz. Deste modo, a palavra dada acompanha o significado da relação construída nas relações consensuais do povo do lugar. A nomeação enquanto elemento do ato de instituir ou destituir acontece de maneira individual ou coletiva, de tal maneira que o ato social de nomear determinado lugar com seu próprio nome, perpassa pelo crivo de aceitabilidade por um coletivo que lhe dá a importância social e que vai sendo transmitidos aos que chegam. Esses conceitos, isto é, os nomes dados são formas de limitar e validar e ao mesmo tempo ordenar o espaço real, mesmo na ausência de limites físicos visíveis ao longo do rio.

A gente vive da pesca e da vazante, plantando nos lameiros e nos baixões. Os lameiros é quando o rio enche e quando ele enche aquela parte da lama cobre a areia. E quando o rio abaixa, fica aquele lameiro e a gente planta nele. Os baixões, é onde o rio passava antigamente e mudou, nele a gente planta as plantas que dá raiz dentro da terra (tubérculos). De acordo que o rio vai vazando a gente vai plantando atrás. Por isso, a gente só planta na época que o rio vem e abaixa. Aí vai dando as ilhas e na frente cria os lameiros. E entre o lameiro e o rio existe ilha. Ai tem a ilha de Pedro Preto, e no final dela tem a Ilha de Zé Cravo. A ilha é uma só mais tem divisão de nomes e de dono, pescadora quilombola Enedina Souza Santos - arquivo (CPP_MG, 2017 p .12)

Estas nomeações ou os “rituais coletivos” tem em si a pretensão simbólica da visão legitimada, isto é, o capital simbólico que é o reconhecimento por um grupo que diante de todos e em nome de todos entram em consenso sobre o sentido do mundo social que é aceito enquanto senso comum. Os nomes atribuídos criam limites-fronteiras respeitados por todos do lugar. Os atos de autoridade se subordinam à confluência de um conjunto sistemático de condições interdependentes que compõem os rituais sociais cujo porta voz autorizado a dizer é o pescador-quilombola-vazanteiro, posto que este tem o reconhecimento como o “conhecedor da ciência do rio” e as condições sociais de produção e aceitabilidade de ordenamento do lugar. Portanto, a eficácia simbólica da palavra se materializa quando este é reconhecido a exercê-la por direito um reconhecimento reconhecido.

O mundo das palavras cria o mundo das coisas. "Para que o objeto simbólico, liberto de sua utilização se torne a palavra liberte do hic e nunc, a diferença não é da qualidade sonora de sua matéria, mas de seu ser evanescente, onde o símbolo encontra a permanência do conceito". (LAKAN, 1978, p. 225).

O poder das palavras na palavra ou a condição social do uso da palavra nome Croatá⁷, também entra nesse campo de conflitos de sentido de linguagem. A linguagem funciona de acordo com a necessidade de comunicar os fenômenos materiais e imateriais de cada cultura cuja função está a serviço de responder as necessidades de seus usuários. A oralidade, como salienta (HOEBEL e FROST, 1976, p. 97) possibilita a conservar com fidelidade a tradição das coisas, inclusive os nomes dos lugares.

No nome das coisas para o povo do São Francisco ficam impressos significados de onde tudo começou, não numa forma negativista de “conservar a cultura herdada”, mas um

⁷ O caroá (nome científico: Neoglasiovia variegata), também conhecido como gravatá, gravá, caruá, croatá, caraguatá e corocatá, é um tipo de bromélia de poucas folhas, com flores vermelhas ou rosadas. Seu nome vem da palavra em tupi kara wã, que significa talo com espinho. É uma planta resistente e típica das áreas de Caatinga. As folhas do caroá fornecem fibra para a confecção de barbantes, linhas de pesca, tecidos, cestos, esteiras e chapéus, além de outras peças artesanais e decorativas.

modo de entender o nome Croatá em oposição à Fazenda Atrium, este último possui um sentido amorfo e sem lugar (exceto no cartório), para aqueles que reproduziram culturalmente os significados da palavra que tem a ver com a pesca e a vazante.

O conflito de significados: Massa Falida Atrium-Fazenda Itapiraçaba *versus* Comunidade de Croatá se entende ao averiguar o nome Croatá que se associa ao universo cultural, produtivo que possui um significado de um tipo de pesca centenária em desuso pela comunidade. O conflito se dá, antes de tudo, conforme lembra (ALENTEJANO, 2011, p. 104-105) na noção do território enquanto agro para o negócio e o campo como lugar da vida, demonstrando não somente conflitos de significados, mas dois projetos e modos incompatíveis de coexistência.

Croatá o pessoal fala que antigamente tinha uma planta aqui. (...) O pessoal chamava aqui também de vazantão do Geraldo Rei. Geraldo Rei foi o tio avó do meu marido. Ele era um dos mais velho daqui, é! Daí, disse que ele plantou uma planta que chamava de croata. Era uma fruta que todo mundo comia dessa fruta, aí ficou croata e depois o povo apelidou de Croatá. Depois esse fazendeiro colou esse nome de Altas⁸, nós não conhecemos isso aqui. Isso aqui não é fazenda é território. (...) pescadora quilombola Maria da Dores - arquivo (CPP-MG, 2017, p. 12)

Além do fruto ser um alimento, as folhas oferecem as fibras para construção de rede, que era feita e manejada de maneira comunitária. Essa modalidade de pesca, devido incentivos de uso de material de nylon, está em desuso, desde 1990.

Naquela época o pescador usava as redes de caroá (croatá). A rede de caroá era administrada por 12 pessoas, num total de duas canoas. As pessoas iam para o mato tirava as embira (fibra) de caroá. Trazia. Chegava e batia elas. Depois delas batida, aí botava ela para pubar (apodrecer). Depois da embira limpa, ia tecer a rede. O chumbo era feito de barro cozido. (...) quando esta rede estivesse pronta iam pescar na canoa. 4 ficava em cada barco, 2 já ficava para saltar na hora que o peixe começava a pular acima da rede, outro ficava no piloto da canoa. Aí levantava a rede e os peixes caíam nela. A rede de caroá era uma rede que não podia secar embolada, tinha que secar no estaleiro quando a gente terminava a pescaria. Aí a gente tirava duas pessoas que pegava um barco e ia pra rua vender aquele peixe que capturava. Tirava uns 3 para colocar a rede no estaleiro, e também tirava uns dois para fazer o almoço. Pescador José dos Santos – arquivo (CPP-MG, 2017, p. 16).

Conclusão:

⁸ Fazenda Atrium – Companhia Agrícola Santo Antônio.

Indubitavelmente, as relações de interdependência desse povo com o rio São Francisco produzem e reproduzem signos identitários que apontam para o poder da identidade ao defenderem os seus territórios. As formas de apropriar de seus territórios seguem elementos simbólicos conhecidos e reconhecidos pelos que vivem e “conhecem a ciência do rio”, não obstante os constantes conflitos que seguem não somente no campo simbólico, mas também no campo jurídico e político. Postas as regras do jogo, essas comunidades tendem a acionar estratégias para poderem reafirmar os seus processos de reterritorialização atualizando assim o movimento cíclico de uma vida moldada pelo movimento das águas se fortalecendo internamente na comunidade e participando em outros espaços de defesa de seus direitos em movimentos sociais, a exemplo do MPP do Brasil.

Referências Bibliográficas

- ALENTEJANO, Paulo. R. R. Os movimentos sociais rurais e a teoria geográfica. In MARAFON, Glauco. J. RUA, João. RIEBIRO. Miguel. A. (orgs.). Abordagem teórico-metodológica em geografia agrária. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2007.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Terras de quilombos, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2 ed. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.
- ALMEIDA, Maria G. de. Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: Almeida, Maria G. de; CHAVEIRO, Eguimar F. BRAGA, Helaine, C. (orgs) Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia 2008a.
- ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. York Traducción de EDUARDO L. SUAREZ, Publicado por VERSO, Londres. y Nueva. 1983.
- ANJOS, Rafael. S. Cartografia E Cultura: Territórios dos Remanescentes no Brasil. Congresso Luso – Afro – Brasileiro de Ciências Sociais, 8, 2004. Coimbra, Portugal. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004. P. 1-16.
- ARAUJO, Elisa C. COSTA, João. B A. Resistência nas ilhas e vazantes do São Francisco: Estratégias de territorialidade e vivências de tempos e espaços. CAVIER, Elton; SANTOS, Gilmar. R. desenvolvimento social em perspectiva. Belo Horizonte: Sonografe, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1997.
- BRANDÃO, Carlos R. (Org.). Beira Vida Beira Rio – vida, comunidade e cultura no rio São Francisco. 1ed. Belo Horizonte. Ed: O lutador, 2013.

- BRANDÃO, Carlos R. A comunidade Tradicional p. 21-102. In: UDRY, Consolacion; EIDT, Jane S. Conhecimento tradicional: conceitos e marco legal /– Brasília, DF: Embrapa, 2015
- BRANDÃO, Carlos, R.: Os Caipiras de São Paulo. São Paulo. Coleção: Tudo é história. Editora: Brasiliense, 1983.
- COSTA. João. B. A. Minas Gerais na Contemporaneidade: identidade fragmentada, a identidade e as fronteiras regionais. Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 117-137, jan./jun. 2009.
- CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. São Paulo. Editora: paz terra, 1999.
- CRIJ - Cartório de Registro de Imóveis de Januária. Documento do Espólio Astero Itabayna. 2014.
- COSTA FILHO, Aderval. Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro. 2008. 293f. Tese (Doutorado em Antropologia social. Instituto de Ciências Sociais, UNB, Brasília, 2008.
- COSTA, João B. A. Mineiros e baianos: englobamento, exclusão e resistência. Brasília, 2003. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia, UnB.
- CPP-MG. Conselho Pastoral dos Pescadores de Minas Gerais. Arquivo de Atividades. 2016.
- CPP-MG. Conselho Pastoral dos Pescadores de Minas Gerais. Arquivo de Atividades Cartografia Social da Comunidade de Croatá, 2017.
- CUNHA, Maria G. C. Territórios ancestrais: antigas e novas questões, novas parcerias no Norte de Minas Gerais In: Brandão, Carlos R. (Org.). Beira Vida Beira Rio – vida, comunidade e cultura no rio São Francisco. 1ed. Belo Horizonte. Ed: O lutador, 2013.
- DELUEZE, Gilles; GUATTARI, F. Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 5
- DIEGUES, Antônio. C. S. O Mito do Homem Moderno e da Natureza Intocada. Ed. 3ª, São Paulo: HUCITEC, 2001.
- DIEGUES, Antônio. C. S (org) *et. al.* Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil. São Paulo. NUPAUB-USP, 1999.
- DUMITH, Raquel. C. Território, Territorialidade e Identidade dos Pescadores Artesanais: Subsídios Conceituais ao Planejamento e Gestão De Reservas Extrativistas Marinhas. In_ Revista Geographia – UFF, 2011.
- GODOI, Emília P. “O Sistema do Lugar: história, território e memória no Sertão”. In: NIEMEYER, Ana Maria e GODOI, Emília Pietrafesa de (orgs). *Além dos Território*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.
- WOOTMANN, Klaas. Com Parente Não se Negueia”. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.
- LACAN, Jacques. *Escritos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

LITTLE, Paul. E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade Paul E. Little Universidade de Brasília. 2002.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993. 269 p. Disponível em: < <http://bancariose.com.br> > Acesso em: 11set. 2013.

OLIVEIRA, Cláudia L. Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no norte de minas gerais. 2005. 133f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

MPP-Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil. Cartilha para trabalho de base da Campanha pelo território pesqueiro. Ceará, 2016.

SANTOS, Carlos. Território e Territorialidade. Revista Zona de Impacto, v. 13, Set./Dez., ano 11, 2009.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. In_SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Org.). Território, territórios: ensaio sobre ordenamento territorial. 3. ed. Niterói-RJ: Lamparina, 2007, p.13-21.

SANTOS, Rafael P; ROCHA, Letícia A. Existências Ilhadas: Dossiê sobre a Educação nas Comunidades Pesqueiras do Rio São Francisco no Norte De Minas Gerais. In: Colóquio Internacional – A Universidade e Modos de Produção do Conhecimento – Para que Desenvolvimento? , V, 2015, Montes Claros. Resumos. Montes Claros: Unimontes, 2015, 126p.

SILVEIRA, Maria. L. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.473 p.

SIMMEL, George. Sociologia. Evaristo Moraes Filho (Org.). São Paulo: Editora Ática: 1983.

SOUZA, Angela. F.G; BRANDÃO, Carlos. R. Paisagem, Identidade e Cultura Sanfranciscana: sujeitos e lugares das comunidades tradicionais localizadas no entorno e nas ilhas do médio rio São Francisco. In.: Geo UERJ - Ano 14, nº. 23, v. 1, 1º semestre de 2012 p. 77-98.

SOUZA, Roberto M. Da invisibilidade para a existência coletiva: Redefinindo fronteiras étnicas e territoriais mediados pela construção da identidade coletiva de Povos Faxinalenses. II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2, Florianópolis, 2007. Disponível em: < <http://www.sociologia.ufsc.br> > Acesso em: 05 de Maio de 2017.

VALÊNCIO, Norma. Pescadores do Rio São Francisco: produção social da inexistência. São Carlos: Rima, 2007.